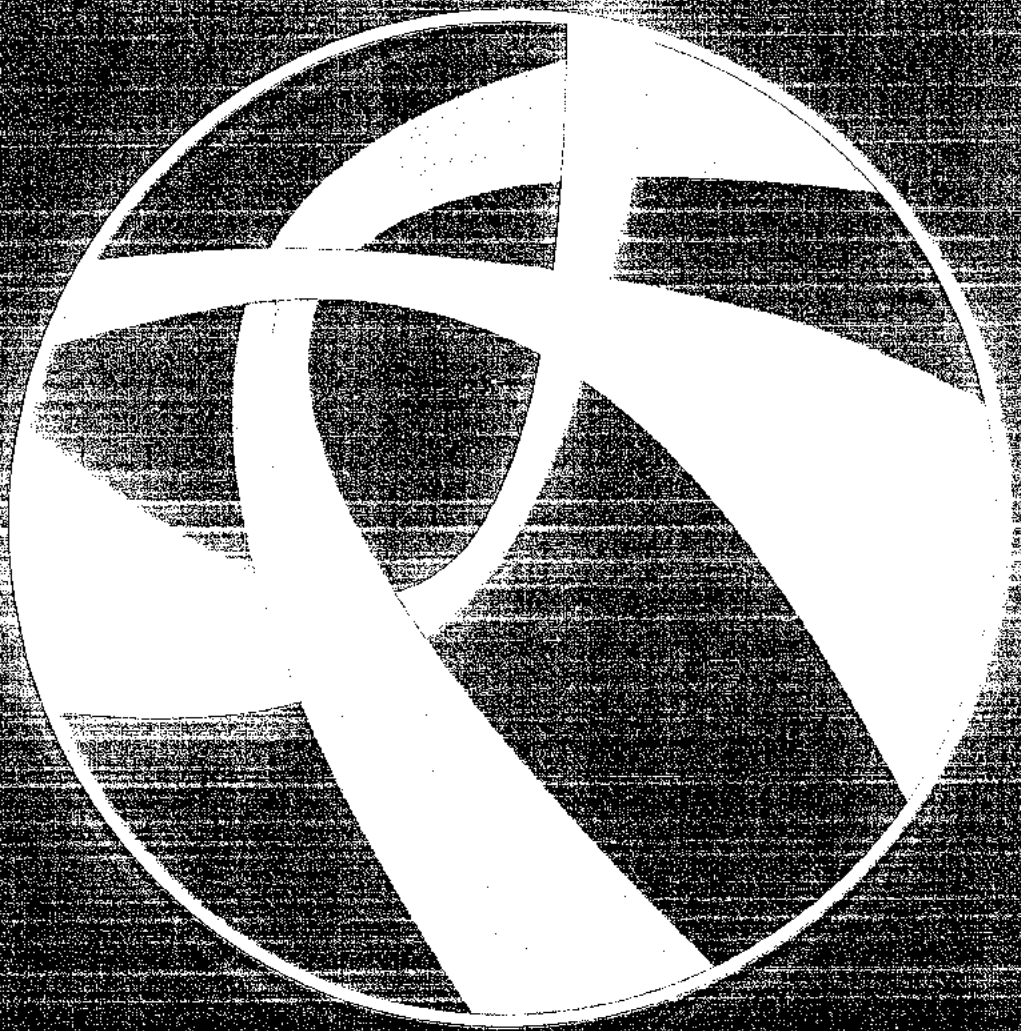
JOSÉ DANTAS LIMA PEREIRA
MARCELINO DE SOUSA LOPES
(Coordenadores)

As Fronteiras da Animação Sociocultural



INTERVENÇÃO

Ficha Técnica

Título
As Fronteiras da Animação Sociocultural

Autores
José Dantas Lima Pereira / Marcelino de Sousa Lopes (Coordenadores)

Capa
Ricardo Alves

Tradução de Textos
Ana Luísa Monteiro / António Sousa e Silva / Guilherme Trindade /
José Filipe Pinheiro / Mara Eustáquio / Tânia de Sousa Pereira

Revisão de Textos
José Filipe Pinheiro

Compilação de Textos
José Filipe Pinheiro / Tânia Monteiro Rodrigues

Apoio Gráfico
Manuel Carneiro

Composição e Impressão
Gráfica do Norte – Amarante

Editor
INTERVENÇÃO - Associação para a promoção e divulgação cultural / Chaves

ISBN
978-972-99851-9-5

Depósito Legal
325802/11

Arbitragem Científica
Todos os artigos constantes nesta edição foram avaliados
por uma comissão científica composta por:

- Artur Fernando Arede Correia Cristóvão
  - Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Carlos Fragateiro
  - Professor Associado da Universidade de Aveiro;
- Joaquim Azevedo
  - Professor Catedrático da Universidade Católica do Porto;
- José Vicente Merino Fernandez
  - Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid;
- Manuel Francisco Vieites
  - Professor da Universidade de Vigo e Escola Superior de Arte Dramática de Galiza;
- Maria da Conceição Fidalgo Azevedo
  - Professora Catedrática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Maria Teresa Bermudez Rey
  - Professora com Agregação da Universidade de Oviedo.

A Animação Sociocultural e Educação Comunitária

Maria da Conceição Pinto Antunes
Universidade do Minho

Introdução

A Educação Comunitária e a Animação Sociocultural são conceptualizações e marcos de intervenção social e socioeducativa muito próximos, muitas vezes, dificilmente delimitáveis que se têm vindo a impor de uma forma, cada vez mais, imperativa no âmbito da educação não-formal.

Com frequência são usados indistintamente, no entanto o campo da educação comunitária é mais amplo que o da animação sociocultural enquanto técnica usada para dinamizar os agentes sociais com vista a um desenvolvimento integral da comunidade.

A nossa comunicação tem como objectivo fundamental realizar um estudo relacional entre a Animação Sociocultural e a Educação Comunitária.

Apresentá-las-emos como dois aspectos diferentes mas complementares da acção social comunitária dado que trabalham para um fim comum: a transformação social com vista à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

1. Educação Comunitária

A leitura das Conferências Internacionais da UNESCO conduz-nos a uma viagem que acompanha a evolução do conceito de educação e que tem o seu início num conceito de educação entendida como educação estritamente escolar, passa pela educação de adultos, amplia-se no conceito de educação permanente e concretiza-se, em última instância, no conceito de educação comunitária ou educação ao longo da vida como é, nos nossos dias, mais comummente conhecida.

Este conceito de educação aparece já de uma forma implícita mas clara na Recomendação de Nairobi (1976) entendido como

> a totalidade dos processos organizados de educação, seja qual for o conteúdo, o nível e o método, sejam formais ou informais, prolonguem ou substituam a educação inicial promovida nas escolas ou universidades, ou na forma de aprendizagem profissional, pela qual as pessoas adultas, desenvolvem as suas atitudes, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas competências técnicas ou profissionais, ou

lhes conferem nova orientação, fazendo evoluir as suas atitudes e comportamentos na dupla perspectiva de um enriquecimento integral do homem e uma participação no desenvolvimento socioeconómico e cultural equilibrado e independente (Unesco,1976).

Todos os documentos subsequentes foram consolidando esta concepção de educação assente numa perspectiva holista preocupada em desenvolver todas as capacidades do ser humano, entendendo-o como um ser multidimensional que se vai construindo ao longo de toda a sua vida em função dos contactos que vai estabelecendo na sua praxis sociocomunitária, ou seja, em todos os contextos em que vive, convive e age.

Como é referida na Declaração de Hamburgo "[...] mais do que um direito a educação é a chave para o século xxi" (Unesco, 1997, p.9), a forma de promover o desenvolvimento integral e integrado, quer dos indivíduos (procurando dar resposta às suas necessidades físicas ou vitais - de alimentação, habitação e saúde - e psíquicas ou socioculturais - de educação, cultura, actividade, participação, etc. -), quer das comunidades.

As finalidades da educação passam, assim, a abranger a multiplicidade de dimensões consideráveis na acção humana e, neste sentido, as intervenções educativas devem revestir-se da mais diversa natureza (económicas, sociais, culturais, de conservação do ambiente, de saúde pública, de apoio a idosos, de acompanhamento pré-natal e familiar, de qualificação profissional, de animação, de promoção cultural, etc.), de modo a promover o desenvolvimento global e harmónico das pessoas e das comunidades.

Decorrente desta concepção ampla de educação e, também, na sequência do já recomendado em documentos anteriores, propõe-se o alargamento da acção educativa passando a englobar "a educação formal e a educação permanente, a educação não-formal e toda a gama de possibilidades de aprendizagem informal e ocasional existente numa sociedade educativa" (Idem). O que aqui se propõe é o desenho de um sistema educativo que não se confina a uma rede institucional específica - o sistema educativo formal – mas que ocorre em variados contextos e se concretiza em variadíssimas modalidades. A educação é uma tarefa de toda a comunidade.

Partilhando da postura de Quintana Cabanas, diremos que a educação comunitária é uma educação da comunidade para a comunidade, uma educação que potencia a vida individual e comunitária mediante uma maior integração e implicação dos seus membros com vista a uma melhoria da qualidade de vida (Quintana,1991), "[...] um processo global em que se empenham os agentes sociais, processo que eles conduzem e realizam ..." (Silva, 1988, p. 46).

Requejo (1991) corroborando as aportações de Poster (1982) apresenta a educação comunitária sustentada em duas finalidades básicas amplamente conectadas: implicação e participação de todas as pessoas e resolução dos problemas com base nos recursos educativos

existentes. Como facilmente constatamos ambas "se inscrevem numa dupla dinâmica de resposta às situações individuais, interpessoais e sociais, assim como de participação e cooperação para a satisfação das necessidades reconhecidas, promovendo o desenvolvimento da comunidade" (Requejo, 1991, p.361).

Este tipo de intervenção exige uma planificação que nos conduza a conhecer em profundidade a comunidade onde pretendemos intervir, uma análise sistemática de todas as dificuldades, potencialidades e recursos e a obter os conhecimentos e técnicas que ajudarão a concretizar a mudança e transformação social. Esta planificação tem, por isso, que ser inconformavelmente participativa reconhecendo às populações o direito e o dever de fixar os seus objectivos e alcançá-los.

Consubstanciando-se numa intervenção baseada na participação, a educação comunitária promove processos de implicação, iniciativa, compreensão da realidade, tomada de consciência dos problemas, interesses e recursos existentes, organização, cooperação e responsabilização da comunidade na solução dos seus problemas e no seu próprio desenvolvimento. Subscrevemos a posição de Nóvoa (1992) quando refere "é importante sublinhar que não há desenvolvimento sem que as colectividades manifestem vontade de assumir o seu próprio futuro" (p.19).

Neste sentido, diremos que a educação comunitária se caracteriza por ser uma forma de intervenção educativa que partindo do princípio da participação, por meio da motivação e implicação da própria comunidade procura, recorrendo e sempre que possível aos recursos endógenos, estender a sua intervenção a todos os campos de acção (educativa, social, sanitária, ambiental, económica, cultural...) sob a aspiração e o comoromisso de contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da vida individual e comunitária.

A educação comunitária constitui um pilar incontornável para o desenvolvimento individual e colectivo na medida em que estimulando a participação e a iniciativa dos protagonistas sociais, promove a criação de condições geradoras de uma intervenção auto-sustentada no sentido da transformação social e da melhoria da qualidade de vida.

Parte-se fundamentalmente da agnição de que os agentes sociais implicados num processo de auto-formação participada são capazes de se converterem em dinamizadores e promotores de um percurso de mobilidade ascendente, implicando-se nos seus problemas e comprometendo-se nas suas soluções.

Convocando novamente Requejo (1991), diremos que estamos em presença de uma forma de intervenção educativa que se orienta no sentido de

> fortalecer e criar novas instâncias organizativas, grupais, institucionais e comunitárias que asseguram a continuidade das acções empreendidas transformando condutas, conhecimentos e habilidades para papeis sociais e produtivos que permitam tanto a

afirmação da personalidade individual dos membros como a personalidade colectiva da comunidade (p.359).

2. Animação Sociocultural

A animação sociocultural é um conceito polissémico e versátil, heterogéneo nas suas denominações e empiricamente diverso no que concerne às suas práticas e manifestações. Cientes do facto de estarmos longe de este conceito estar delimitado no que concerne ao seu alcance e homogeneizado no que se refere à sua utilização temos, contudo, a convicção de que necessitamos apresentar os pressupostos de que partimos, para a realização deste breve ensaio, ou seja, esclarecer o que entendemos por animação sociocultural.

Em termos genéricos a animação sociocultural, através de um conjunto de estratégias, métodos e técnicas de intencionalidade educativa tem como finalidade melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, implicando-os no desenvolvimento sociocultural das comunidades de que fazem parte de uma forma activa, responsável e participativa.

Tendo como referência a sua natureza e objecto, isto é, do ponto de vista epistemológico, partilhamos com muitos outros autores (Ander-Egg 1992; Canário, 1999; Ventosa, 2007) a opinião de que a animação sociocultural não é uma ciência, na medida em que para ser uma ciência necessitaria ter um objecto de estudo e um corpus teórico de conhecimentos próprios; assim como uma definição e âmbito de acção mais ou menos aceite e delimitado no interior da comunidade científica. Entendemos, assim como outros pensadores, (Úcar, 2006; Ventosa, 2007) a animação sociocultural como uma estratégia, uma metodologia, um modelo de intervenção educativa.

Enquanto uma estratégia, uma metodologia, um modelo de intervenção a animação sociocultural distingue-se de outras acções sociais, culturais e educativas, outros modelos de intervenção, mais pelo modo e atitude como é feita, ou seja, pelos procedimentos e metas que utiliza do que propriamente pelos conteúdos e objectivos que pretende alcançar. "O que é próprio da animação sociocultural é a sua natureza procedimental, estratégica, metodológica" (Ventosa, 2007, p.275), a animação sociocultural "foi-se conceptualizando, cada vez mais, como uma metodologia transversal de intervenção" (Úcar, 2006, p.6).

Efectivamente, a maior parte das actividades e técnicas realizadas na animação sociocultural (como o teatro, os jogos, a música, o desporto, as expressões plásticas, a dinâmica de grupo e as suas técnicas, etc.) são também utilizadas noutras disciplinas e por outros profissionais.

O que de facto faz a distinção entre actividades de animação e actividades de outro tipo não radica no que se faz, mas na forma como se faz, na forma de levar a cabo a actividade, ou seja, o modo de utilizar a actividade no sentido de fomentar a autonomia e emancipação pessoal

e promover auto-organização colectiva dos grupos ou comunidades. Específico e exclusivo da animação sociocultural é, neste sentido, a procura de estimular os cidadãos de uma comunidade, para que a partir de um momento determinado sejam eles os protagonistas dos seus destinos. Convocando as palavras de Serrano (2007), "um dos grandes objectivos da animação sociocultural é a participação do ser humano na construção do seu próprio futuro e no da comunidade" (p.200).

A participação é condição indispensável da animação, pois a animação é a vida da comunidade, do grupo, do bairro, da população. A sua finalidade é orientar a vida quotidiana, impregnando-a de vida, dinamizando-a, orientando as energias individuais rumo ao compromisso pessoal e colectivo de todos e de cada um. "Há animação sociocultural quando se promovem e mobilizam recursos humanos, mediante um processo participativo que desenvolve potencialidades latentes nos indivíduos, grupos e comunidades"(Ander-Egg, 1992, p.182-3).

Neste sentido, a animação sociocultural concretiza-se como uma estratégia de intervenção que motiva e produz a participação de todos os intervenientes, entendida esta como factor promotor, quer do desenvolvimento pessoal, quer das estruturas políticas, sociais, económicas e educativas, ou seja, o desenvolvimento da comunidade, para a comunidade e desde a comunidade, através da sensibilização, motivação e posterior acção transformadora dos agentes sociais.

O objectivo da animação sociocultural é "conscientizar, organizar e mobilizar o povo para o transformar em agente activo da sua própria promoção e, na medida do possível, torná-lo consciente do seu papel histórico" (Ander-Egg, 1992, p.181).

O desenvolvimento endógeno exige um dinamizador e facilitador alguém que, partindo da convicção de que toda a comunidade é capaz de se auto-organizar, resolver os seus problemas e conquistar a sua autonomia, tem o papel de promover a aprendizagem colaborativa onde todos aprendem com todos, cada um no seu nível e a partir da sua experiência, de forma a potenciar a participação de todos os intervenientes.

> Participar activamente nas acções susceptíveis de inovar e (re) criar a realidade deposita também no educador a tarefa de providenciar as informações, conhecimentos, saberes e técnicas necessárias para que os agentes sociais possam (saibam) realizar acções promotoras das mudanças desejadas, soluções conjuntas que, por vezes, exigem do educador o papel de mediador de conflitos emergentes dentro e fora do grupo, procurando estabelecer comunicação dialógica, cooperação, alianças, consensos, projectos comuns, no sentido de valorizar e rentabilizar os recursos endógenos da população e do contexto de intervenção (Antunes, 2007, p.209).

Neste sentido, o grande objectivo do educador que utiliza a metodologia da animação sociocultural será trabalhar no sentido da construção colectiva do conhecimento da realidade (estimular, informar, promover a intercomunicação, o sentido crítico, a iniciativa, a responsabilização, etc.) e dinamizar os indivíduos e os grupos da comunidade articulando com eles acções, programas e/ou projectos de autodesenvolvimento.

Esta concepção de animação sociocultural que temos vindo a defender, que Ander-Egg (1992) denominou de transformadora/revolucionária[43] tem como propósito promover a participação das pessoas na vida cultural e na busca de novas fórmulas de expressão cultural, fomentando todo o tipo de expressões humanas num âmplo conjunto de realizações concretas de tipo social, cultural e educativo favorecendo a participação do maior número possível de pessoas na sua realização (Ander-Egg, 1992) e, consequentemente, na mudança das estruturas sociais.

Estas acções, programas ou projectos aplicando-se a diferentes âmbitos (cultural, social e educativo) e estando abertas a todo o tipo de populações (infância, juventude, adultos e idosos) caracterizam-se por se desenvolverem no seio de grupos ou comunidades; responderem a necessidades educativas e de formação; terem um carácter voluntário; recorrerem a metodologias participativas; não requererem qualificações prévias, não conduzirem à obtenção de diplomas e qualificações; envolverem instituições e equipas socioculturais múltiplas e desenvolverem-se normalmente com a ajuda de um animador (Besnard, 1991; Canário, 1999).

Qualquer que seja o ponto de vista dos conteúdos destas acções, a animação sociocultural aparece sempre "como um instrumento dinamizador do processo social, cultural e educativo orientado a criar formas participativas, tendentes a que o povo se transforme em agente activo da sua própria história" (Ander-Egg, 1992, p.153).

3. Perspectivas Relacionais entre Animação Sociocultural e Educação Comunitária - Análise Reflexiva

No horizonte de compreensão do desenvolvimento das temáticas realizado nas secções anteriores, procuraremos relacionar os conceitos de Animação Sociocultural e Educação

[43] Ander-Egg (1992b) considera a existência de uma grande variedade de concepções de animação sociocultural e classifica as diferentes concepções em três grandes categorias:
concepção conservadora – as actividades de animação são concebidas e implementadas numa perspectiva domesticadora, tendo sempre um papel funcional dentro do sistema estabelecido;
concepção modernizadora/progressista – as actividades de animação têm a função de difundir os benefícios da cultura, permitindo que população usufrua deles;
concepção transformadora/revolucionária - as actividades de animação são um instrumento de transformação social, um processo de dinamização que estimula a criação individual oferendo aos sujeitos sociais a possibilidade de ir ampliando o seu protagonismo no seu desenvolvimento pessoal, social e cultural num contexto de participação conjunta.

Comunitária a partir de alguns indicadores que nos permitirão estabelecer semelhanças e diferenças entre os dois conceitos.

Quanto à Definição

A educação aparece nos documentos internacionais, definida como um projecto global, dirigido a todas as franjas da população, caracterizado por uma larga gama de conteúdos, englobando não somente uma formação profissional mas também uma educação geral de forma a desenvolver todas as potencialidades de formação, quer dentro, quer fora do sistema educativo formal. Neste processo o homem é o agente da sua própria educação, através da sua acção e reflexão (Unesco, 1976; Unesco, 1985; Unesco, 1990; Unesco, 1997).

A educação, longe de limitar-se às crianças e jovens, ao período de escolaridade e à instituição escolar deve abarcar todas as idades, todas as instituições, todas as dimensões da vida, todos os ramos de saber e todo o tipo de conhecimentos práticos no sentido de desenvolver todas as capacidades do ser humano.

A educação é entendida como processo global a realizar-se ao longo da vida e em toda a comunidade.

A animação sociocultural, por sua vez, tem demonstrado ser um modelo transversal de intervenção que se aplica em todos os âmbitos (cultural, social e educativo), abrangendo todo o tipo de populações (infância, juventude, adultos e idosos), estimulando a população a aumentar os seus conhecimentos para poder participar na construção da história de vida pessoal e comunitária.

Ander-Egg (2000) considera a animação sociocultural e a educação comunitária como duas faces da mesma realidade, uma vez que a educação está centrada no propósito de uma educação/formação e capacitação contínua e a animação procura estimular e motivar para a educação ao longo da vida.

Neste sentido, a animação sociocultural torna-se um instrumento ou meio de levar a cabo a educação comunitária.

Quanto aos Objectivos e Finalidade

A educação comunitária é um processo educativo global cujos objectivos se centram em promover o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades mediante a sua implicação e participação activa no processo de autoformação participada no sentido de se tornarem capazes de resolver os seus problemas e satisfazer as suas necessidades.

A educação comunitária tem como finalidade o desenvolvimento e enriquecimento integral, individual e colectivo, ou seja, o melhoramento da qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

A animação sociocultural é uma metodologia cuja intencionalidade é estimular e motivar as pessoas e os grupos a potenciarem as suas capacidades e recursos com a finalidade de gerar mudanças sociais potenciadoras de melhores condições de vida. É uma metodologia utilizada com o fim de provocar mudanças de atitude e de acção oferecendo oportunidades para que pessoas e colectividades reforcem o seu sentido de identidade e de pertença. Tal como a educação comunitária, a animação sociocultural também se relaciona com o universo educativo.

> A animação sociocultural projecta-se como uma finalidade eminentemente educativa desde uma nova relação pedagógica, tornando-se explícitas em suas metas individuais ou sociais a participação e a democracia cultural, a motivação e a transformação social, a identidade cultural, a criatividade colectiva e o desenvolvimento autónomo e integrado (Caride, 1992, p.106).

Diríamos que ambas têm objectivos e finalidades educativas.

Quanto à Prática

No que concerne aos contextos de actuação, os programas de animação sociocultural materializam-se em contextos e instituições não-formais, em contextos de educação informal e em contextos de educação exclusivamente formal. Não obstante o facto de podermos encontrar programas de animação sociocultural em contextos de educação formal e não formal, a animação sociocultural move-se, fundamentalmente, no âmbito da educação informal.

Por seu lado, a educação comunitária, enquanto um processo a realizar-se ao longo de toda a vida e integrando os processos de educação formal, não-formal e informal, integra um conjunto diversificado de competências, metodologias e profissionais.

Ao nível da educação informal constatamos que a educação comunitária se caracteriza por se concretizar através de metodologias activas apoiando-se na participação dos sujeitos actores e dos grupos sociais para alcançar os seus objectivos.

A educação comunitária visa o progresso da comunidade através da sua integração e participação voluntária em tarefas colectivas susceptíveis de provocarem mudanças significativas rumo ao melhoramento da qualidade de vida. Assim, a principal tarefa do educador é suscitar nos cidadãos uma atitude de participação efectiva na detecção, gestão e resolução dos problemas.

O agente da educação comunitária é a pessoa que auscultando a população motivando-a a participar na (re)criação de uma nova vida, procura conhecer e, essencialmente, levar a população a tomar consciência da sua realidade, esforçando-se por impelir os cidadãos a promoverem projectos de desenvolvimento.

Neste sentido, "entendido o animador, essencialmente como um intermediário e agente de comunicação nos e entre os grupos humanos [...] a sua figura sobrepõe-se, ou coincide com a figura do agente de desenvolvimento local" (Canário, 1999, p.79).

Quanto à sua formulação, a realização de projectos de educação comunitária e de projectos de animação sociocultural têm a mesma concepção ou desenho, sendo os passos ou fases a implementar os mesmos:

- fase diagnóstica – estudo do contexto, ou avaliação das necessidades, interesses e potencialidades;
- fase da planificação – definição de objectivos, metodologia a seguir, calendarização e recursos;
- fase da implementação – execução e avaliação do programa.

Trata-se de projectos que pressupõem,

> uma análise sistemática da vida comunitária, entre cujos objectivos básicos está o conhecimento dos caracteres de ordem socioeconómica e cultural, a determinação dos seus recursos humanos e materiais, a detecção do grau de consciência e análise dos seus problemas, assim como as disposições e perspectivas para enfrentar a sua solução (Requejo, 1991, p.355).

Diremos que os projectos de educação para o desenvolvimento da comunidade são levados a cabo a partir da proposta metodológica da animação sociocultural, dado que a animação se converte no instrumento, meio ou estratégia imprescindível para desencadear e promover mecanismos de motivação, dinamização, participação e auto-organização da comunidade no e para o seu próprio desenvolvimento em qualquer dos níveis ou sectores em que este se pretenda: educativo, cultural, sanitário, social, económico, etc. Ao mesmo tempo potencia a criação de recursos comunitários e/ ou a optimização dos existentes promovendo a sua coordenação e articulação com outros recursos exógenos (García ; Sánchez, 1997).

Em jeito de análise reflexiva diremos que a evolução do pensamento e da acção educativa conduziu-nos ao conceito de educação ao longo da vida ou educação permanente e comunitária, uma vez que este conceito subentende a educação enquanto um processo contínuo, coincidente com o ciclo de vida que abrange todos os indivíduos - crianças, jovens, adultos e idosos - e se concretiza em todos os locais da comunidade.

A educação comunitária, enquanto um projecto global, integra e articula vários níveis de formalização da acção educativa:

- nível formal cujo referencial é a educação organizada, estruturada e ministrada pela

instituição escolar, caracterizada pela planificação prévia de horários, programas e objectivos e pela existência de processos de avaliação e de certificação;

- nível não formal, constituído por toda a actividade educativa organizada e sistémica desenvolvida fora do sistema formal, caracterizado por uma grande flexibilidade de horários e uma grande variedade de programas, instituições e profissionais;
- nível informal, correspondente a todas as situações potencialmente educativas que se desenvolvem na comunidade, caracterizadas por uma grande heterogeneidade de acções/programas/projectos pouco ou nada estruturadas e organizadas, de carácter voluntário, sem requisitos literários prévios nem passíveis de certificação.

Estes três níveis enquanto fazendo parte de um contínuum não se apresentam como estanques e rigidamente delimitados, podendo e devendo articular-se de modo fecundo. Daí a animação sociocultural, ao mesmo tempo que corresponde a um campo de práticas sociais e educativas corresponder, também, a uma dimensão inevitavelmente presente em todos os níveis de formalização da acção educativa (Canário, 1999).

Não obstante, perspectivados de uma forma generalizada os níveis formal e não formal recorrem apenas de forma pontual e isolada à animação sociocultural como meio de alcançar os seus objectivos educativos, integrando programas e dispositivos de carácter mais pré-definido, rígido e sistematizado.

É ao nível informal que se insere preferencialmente a animação sociocultural, sustentada nas metodologias activas e participativas, privilegiando mais os processos do que os resultados, mais a auto-formação do que a transmissão, mais a construção do saber do que o seu consumo.

A educação comunitária, enquanto um processo global que integra o sistema formal, o não-formal e o informal pressupõe, diversas acções, projectos e programas educativos, assim como diferentes metodologias e profissionais no sentido de potenciar o desenvolvimento (social, económico, educativo, sanitário, cultural, etc.).

Nem todos os projectos educativos são, contudo, tarefa da animação sociocultural. Diríamos que o universo educativo da animação sociocultural se integra num universo educativo mais global e integral – o da educação comunitária.

A animação sociocultural é a técnica ou metodologia através da qual se desenvolve determinado tipo de acções educativas, destacando-se a sua predominância ao nível dos projectos educativos de cariz social e comunitário, ou seja, de cariz informal, promovidos com base na (re) construção de espaços comuns de identificação, pertença e interacção pessoal, social e cultural.

Certamente que a este nível a animação sociocultural e a educação comunitária (concretizada em projectos de desenvolvimento comunitário) são dois tipos de intervenção social dificilmente diferenciáveis, na medida em que são intervenções em que são privilegiados os problemas, as necessidades e os recursos endógenos dos grupos e onde a participação/contributo de cada

elemento constitui uma mais-valia e/ou oportunidade de progresso, constituindo-se mesmo o recurso mais decisivo do desenvolvimento individual/colectivo (Antunes, 2008). Ambos pretendem o desenvolvimento integral da comunidade e podem constituir, quando o desenvolvimento da comunidade se promova mediante metodologias de animação sociocultural um mesmo processo de intervenção social.

Estamos convictos de que a relevância do universo educativo informal se evidencia, nos nossos dias, de uma forma cada vez mais decisiva e incontornável. Se corroborarmos a opinião de Coombs ao definir a educação informal como

> o processo ao longo da vida através do qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, capacidades, atitudes; a partir das experiências quotidianas e da interacção com o meio ambiente – em casa, no trabalho, no lazer; a partir do exemplo e das atitudes da família e dos amigos; das viagens, lendo jornais e livros, ou escutando rádio, vendo filmes ou televisão. Em geral a educação informal não é organizada, nem sistematizada, nem sequer, muitas vezes intencional, mas constitui até ao presente a maior fatia da aprendizagem total durante a vida de uma pessoa – mesmo para aquelas que são altamente escolarizadas (Coombs, 1985, cit in Pain, 1991, p.126).

entendemos o papel e importância dos projectos de desenvolvimento comunitário abrindo horizontes a um novo paradigma da educação e formação a partir do reconhecimento e valorização do informal.

Bibliografia:

- ANDER-EGG, E. (1992a). Practica de la animación sociocultural.. In J. M. Quintana (Coord). Fundamentos de animación sociocultural. (pp. 175-201). Madrid: Narcea.
- ANDER-EGG, E. (1992b). La animación y los animadores. Madrid: Narcea.
- ANDER-EGG, E. (2000). Metodología y práctica de la animación sociocultural. Madrid: Editorial CCS.
- ANTUNES, M.C. (2007). Educação, intervenção e desenvolvimento comunitário. In X..M. Cid, Américo Peres (Editores). Educación social, animación sociocultural e desarrollo comunitario. (pp.207-215).Vigo: Universidade de Vigo, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- ANTUNES, M. C. (2008). Educação, saúde e desenvolvimento. Coimbra: Almedina.
- BESNARD, P. (1991). La animación sociocultural. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica.
- CABANAS, Q. (1991). Pedagogía comunitária. Perspectivas mundiais de educação de adultos. Madrid: Narcea.
- CANÁRIO, R. (1999). Educação de adultos. Um campo e uma problemática. Lisboa: Educa.
- Caride, J.A. (1992). Educación y animación sociocultural: la pedagogía social como modelo de intervención. In J. M. Quintana (Coord). Fundamentos de animación sociocultural. (pp. 94-127). Madrid: Narcea.
- GARCÍA, J., Sánchez, M. (1997). Desarrollo humano, participación y dinamización sociocultural. (pp.271-286). In J.G. Carrasco.(Coord). Educación de Adultos. Barcelona: Editorial Ariel.
- NÓVOA, A. et al (1992). Formação para o desenvolvimento. Lisboa: Fim de Século.
- PAIN, A. (1991). L'éducation informelle. Les effects formateurs dans le quotidian. Paric: L'Harmattan.
- POSTER, C. (1982). Community education. Its development and management. Londres: Heinemann Educational Books.
- REQUEJO, O. (1991). Desarrollo comunitario y educación. In V. García (Coord). Iniciativas sociales en educación informal.(pp.344-366). Madrid: Rialp.
- SERRANO, P.G. (2007). Qué es la animación sociocultural?. In X..M. Cid, Américo Peres (Editores). Educación social, animación sociocultural e desarrollo comunitario. (pp.197-205). Vigo: Universidade de Vigo, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- SILVA, A. S. (1988). Produto nacional vivo: uma cultura para o desenvolvimento. In A.S. Silva et al. Atitudes, valores culturais, desenvolvimento. (pp21-75). Lisboa: SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.
- ÚCAR, X. (2006). Presentación. In J. C. Gillet, La animación en la comunidad. (pp.5-8). Barcelona: Ed. GRAÓ.
- UNESCO, (1976)
- UNESCO, (1985) final. Paris, Franç
- UNESCO, (1990)
- UNESCO, (1997 declaration d'Ham
- VENTOSA, V. J. Síntesis y conclu Américo Peres (E (pp. 271-280).Vig

- UNESCO, (1976), Recommendation the development of adult education, Nairobi.
- UNESCO, (1985).Quatrième conférence internacionale sur l'éducation des adultes. Rapport final. Paris, França.
- UNESCO, (1990). World declaration on education for all. Jomtien, Tailândia.
- UNESCO, (1997), Cinquiéme conférence internacionale sur l'éducation des adultes,– la declaration d'Hambourg l'ágenda pour l'avenir. Hambourg.
- VENTOSA, V. J. (2007). De que habiamos, quando hablamos de animación sociocultural? Sintesis y conclusiones del 1º Foro Electrónico Iberoamericano sobre ASC. In X..M. Cid, Américo Peres (Editores). Educación social, animación socicultural e desarrollo comunitario. (pp. 271-280).Vigo: Universidade de Vigo, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.